



ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A LEITURA DOS TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM FORMOSA E CABECEIRAS-GO

***Leticia Gomes Costa[1] Estudante (IC)**

Edson Batista da Silva[2] Pesquisador (PQ)

Leticiajcosta99@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca contribuir com o entendimento sobre questões como: território, agronegócio e agroecologia. Resulta das atividades desenvolvidas como bolsista Capes de Iniciação científica pela Universidade Estadual de Goiás. Para coletar os dados foram realizados levantamentos bibliográficos, assim como, análise documental. Conforme o objetivo do plano de trabalho de iniciação científica, compreendemos território de acordo com Souza (2007), que afirma que o território “é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Palavras-chave: Território. Agronegócio. Agroecologia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das atividades desenvolvidas como bolsista PIBIC/CNPQ, especificamente das ações realizadas no plano de trabalho que compõe o projeto: O CAMPO GOIANO: “O avanço do capital e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa”.

O texto tem como objetivo discutir os conceitos de território, agronegócio e agroecologia, parte dos esforços de compreensão dos territórios dissidentes agroecológicos em Cabeceiras e Formosa-GO. Para tanto se utilizou de pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências. Também se procedeu a pesquisa documental, com levantamento de dados e informações qualitativas. O artigo está dividido em duas seções: na primeira discute-se a categoria território, na segunda agroecologia e agronegócio.

2 Resultados e Discussão

2.1 Território

A guerra é considerada um instrumento político, visto que através dela há uma conquista de poder e dominação a partir da violência contra o outro. A guerra pode também ser um sintoma de perda de poder, pois quando alguém sente a ameaça de perda desse poder age com violência. Quanto ao território, este que pode ser caracterizado de acordo com Souza (2007, p. 78) como: “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” Conforme o autor, a questão é, quem domina quem nesse espaço?

A violência e o poder são opostos, dado que a dominação através da violência só surge quando se está perdendo o poder. O poder está interligado a um grupo de pessoas, não somente há uma única pessoa; enquanto esse grupo de sujeitos existe, o poder se estabelece. Pois, uma pessoa só se mantém no poder por causa das pessoas que a colocaram ali para representar a comunidade.

O território não está somente conectado ao “território nacional”, ou seja, (governos, grandes escalas, etc). O território abrange diversas escalas, não somente a escala nacional, pode ser entendido nas pequenas escalas, como por exemplo, um pequeno assentamento, casas, ruas, praças, viadutos, celas, os espaços de trabalho de prostitutas á noite, etc. “É preciso que não aconteça somente uma “visão de sobrevoo”, isto é, aquela que não explora as menores escalas.” (SOUZA, 2007).

Portanto, é necessário que se olhe tanto para as grandes escalas, quanto para as microescalas. Segundo Souza (2000), “esses territórios são construídos e desconstruídos em escalas temporais, ou seja, séculos, décadas, anos, meses, dias. Além disso, podem ter uma existência permanente (décadas ou séculos) ou periódica (dias ou horas).” Como dito anteriormente, grande parte da literatura científica traz o conceito de território de forma grandiloquente, na grande escala, ou pela discussão estado centrista. Isso pode ser um equívoco, “a Geografia, por exemplo, enquanto disciplina do espaço social está muito fixada na ideia de território nacional.” (SOUZA, 2007).

Tanto ela quanto a ciência política estão direcionadas ao Estado. Raffestin (1993), faz uma crítica ao dizer que a Geografia Política Clássica seria basicamente uma “Geografia do Estado”. Para Souza (2007), nessa Geografia o território aparece como um espaço concreto, apropriado por um grupo social, e através dessa ocupação surge a identidade. É preciso “descoisificar” o território, uma vez que é “coisificado” como condição do poder estatal. “descoisificar o território não quer dizer, de jeito nenhum, negligenciar a materialidade do espaço. Quer dizer, isso sim, refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa sócio-espacial.” (SOUZA, 2013, p. 99).

Ainda de acordo com Souza (2007), “é necessário que o uso desse conceito seja apropriado também para os estudos dos movimentos sociais e suas organizações.” Por exemplo, o estudo das práticas sociais insurgentes, onde surgem os territórios dissidentes, mesmo que com pouca duração. É preciso que todas as dimensões sejam levadas em consideração na análise, tanto a dimensão política, quanto a dimensão cultural-simbólica.

Em outro instante o autor entende o território como um campo de forças, a partir das relações sociais. Onde há exemplos de “territorialidades flexíveis”:

territórios da prostituição, onde há uma disputa entre as prostitutas e travestis por determinadas áreas ou “espaços deteriorados”, ou seja, espaços que são ocupados por essas pessoas apenas durante a noite, pois durante o dia a paisagem daquele local é diferente. Esses territórios são “flutuantes” ou “móveis”, mas, podem ser caracterizados também como territórios cíclicos, ali pode haver uma disputa, por exemplo, entre prostitutas x travestis pelo ponto de prostituição.

Outro exemplo de territorialidades flexíveis é a apropriação de espaços públicos. Por exemplo, camelôs e organizações de tráfico de drogas. As organizações de tráfico de drogas, também criam territorialidades de alta definição, que ficam visíveis quando uma organização elimina a sua rival dentro da área de influência. Ademais, quando há um pacto territorial, isto é, quando as organizações chegam a um acordo.

Enquanto o ser humano estiver presente no território, automaticamente o território estará presente em toda espacialidade social. Quando os sujeitos transformam a natureza e interagem com o espaço criam um valor naquele espaço social, valor tanto sentimental, e principalmente um valor marcado pelo trabalho. Segundo Souza (2007, p. 96), “o indivíduo está frente a um território, pois, ao se apropriar de um espaço, seja ele, concreto ou abstrato, o sujeito o “territorializa”.

Ainda de acordo com Souza (2007, p. 97), “todo território necessita de um espaço social, porém nem todo espaço social é um território. ” Exemplificando, em uma “cidade fantasma” existia uma dinâmica social, entretanto, hoje essa cidade está em ruínas, esquecida, portanto, não é mais um território. Outro aspecto importante relacionado ao território é a autonomia, pois a autonomia significa o poder de um grupo de sujeitos se reger por eles próprios. Essa autonomia seria a base do desenvolvimento. Logo, o desenvolvimento seria o processo de auto instituição da sociedade, uma sociedade autônoma. Portanto, defender livremente o seu território não significa uma sociedade sem poder, já que o território se define pelo espaço e pelo poder, e o exercício do poder não existe sem territorialidade. Desse modo, entendemos que a concepção de Souza (2007 & 2013) contribui para compreensão dos territórios dissidentes agroecológicos, especificamente o

acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, localizado no município de Formosa.

2.2 Agroecologia e Agronegócio

A agroecologia é uma das opções para combater as crises causadas pelo modelo da Revolução Verde, proposta que visou aumentar a produção alimentícia através de novas técnicas agrícolas, utilizando máquinas e equipamentos. Algumas crises causadas pela Revolução Verde foram: a migração campo-cidade, com a saída de diversos camponeses do campo, a redução de mão-de-obra rural, a degradação dos solos, a perda da biodiversidade, dentre outros fatores.

O agronegócio, por sua vez, de acordo com Souza (2019, p. 13), “foi forjado nos anos 1960 com a Revolução Verde e foi consolidado na década de 1990.” Diferente da agroecologia que tem bons efeitos para o campo e para a cidade, o agronegócio tem efeitos devastadores tanto para a natureza, quanto para a sociedade.

O estado de Goiás foi um dos principais cenários da modernização do campo no Brasil, na década de 1960 o uso de insumos químicos foi ampliado. Em vista disso, a agricultura passou a ser desenvolvida com parâmetros da produção industrial e o Estado intervinha na economia do país. Silva (1982) denominou de modernização conservadora o modelo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, pois, a base técnica e as relações de produção mudaram, entretanto, a concentração fundiária foi mantida. Em contrapartida, de acordo com Souza (2019, p. 14), “povos indígenas, camponeses, populações tradicionais, entre outros, estabeleceram seus métodos de resistência.”

Em Goiás, por exemplo, existem territórios dissidentes onde os sujeitos lutam contra os efeitos causados pelo agronegócio, seja pela utilização adequada dos bens naturais, seja pelo convívio com a natureza, ou por manter suas referências históricas com a formação da agroecologia. O acampamento Dom Tomás Balduino é um exemplo de território dissidente, localizado no município de Formosa-Go.

Para a implantação da Revolução Verde, surgiram vários programas de desenvolvimento agrícola em Goiás, esses programas eram financiados por norte americanos e japoneses. De acordo com Souza (2019, p. 16), “entre esses programas estava o Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado (POLOCENTRO). Em 1975 esse programa ocupou quatro estados do Cerrado, incluindo Goiás e preencheu uma área de três milhões de hectares. ”

Em Goiás também teve a instalação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PROCEDER). Em conformidade com Souza (2019, p. 17), “esse modelo de ocupação produtiva causou impacto na ocupação e uso da terra. ” Uma das consequências da “Revolução Verde” e da modernização no campo foi o fato de terem impulsionado a saída de diversos camponeses do campo para a cidade.

Souza (2019, p. 17) sustentado em dados do (IBGE, 2018), expõe que em Goiás, “na década de 60 a população urbana era de 33,3%, em 1970 representava 46,1%, em 1980 era 67,3%, já em 1990 de 80,8%. ” Na década de 90 houve uma supressão da vegetação natural do Cerrado por causa da implementação de pastagens e lavouras. A partir daí fica evidente que o agronegócio não está focado somente na produção de *commodities*. Os impactos provocados pelo agronegócio têm diminuído a produção de alimentos em Goiás, pois, degrada o ambiente natural, além de provocar a exclusão da população camponesa. Desde a década de 1980 muitos camponeses lutaram e resistiram à violência gerada pelo agronegócio, com isso foi possível reestruturar o campo goiano.

Conforme Souza (2019, p. 20), “no município de Goiás, desde 1986, foram criados 23 projetos de Assentamento Rural, com isso, 647 famílias camponesas foram assentadas. ” Ainda de acordo com Souza (2019), além de lutar pela terra, esses camponeses também lutam na terra, essa luta é voltada para instituição de alternativas agroecológicas de produção, ou seja, uma produção mais sustentável.

Segundo Souza (2019, p. 20), “no município de Goiás há a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realiza cursos de formação em agroecologia para os camponeses, visando aumentar a produção de alimentos e a diminuição do uso de agrotóxicos. ” Ainda em conformidade com o mesmo, no município de

Catalão, sujeitos do campo estão montando ações e práticas agroecológicas, isso contribui, de modo significativo para o desenvolvimento ambiental e social.

De acordo com Souza (2019), “no estado de Goiás a agroecologia engloba três conceitos. Ela pode ser conceituada como prática, movimento e ciência.” Como prática pode-se considerar as práticas históricas dos povos indígenas, práticas que envolvem técnicas que contribuem para a conservação da natureza. Como movimento, ela representa um grupo de agricultores na construção do paradigma agroecológico que visa ampliar a agricultura alternativa, organizando as relações entre o rural e urbano. Já como ciência é conectada com a perspectiva cartesiana hegemônica na Universidade, onde há debates a respeito dela no campo científico, desde a perspectiva ambiental até a política.

Quanto as práticas históricas, conforme Souza (2019, p. 22), “a agricultura indígena no Cerrado teve uma grande relevância para a agrobiodiversidade brasileira, pois nessas áreas foram cultivadas espécies, como: mandioca, amendoim, cacau, entre outros.” No processo de desenvolvimento do Brasil, especificamente do estado de Goiás, essas sabedorias foram adaptadas por camponeses e comunidades quilombolas.

De acordo com a tabela 1, no Brasil existem 9.429 assentamentos e 968.923 famílias assentadas, na qual ocupam uma área de 87.679.433,29 (ha).

Tabela 1 – Brasil – Número de assentamentos e famílias assentadas – 2020.

| Assentamentos | Área desapropriada (ha) | Nº de famílias |
|----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| 9.429 | 87.679.433,29 | 968.923 |

Fonte: INCRA, 2020.

Elaboração: COSTA, Letícia Gomes.

Conforme a tabela 2, há 445 assentamentos no Estado de Goiás, onde residem 23.143 famílias em uma área de 1.344.604,78 (ha).

Tabela 2 – Brasil-estado de Goiás – Número de assentamentos e famílias assentadas – 2020.

| Assentamentos | Área desapropriada (ha) | Nº de famílias |
|----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| 445 | 1.344.604,78 | 23.143 |

Fonte: INCRA, 2020.

Elaboração: COSTA, Letícia Gomes.

Segundo a tabela 3, o município de Formosa Goiás possui 17 assentamentos, em uma área de 56.575,74 (ha), na qual abriga 1.625 famílias. Já no município de Cabeceiras Goiás, encontra-se 1 assentamento com 41 famílias em uma área de 1.270,11 (ha).

Tabela 3 – Número de assentamentos e famílias assentadas em Formosa e Cabeceiras, Goiás - 2020.

| Formosa | | |
|-------------------|-------------------------|----------------|
| Assentamentos | Área desapropriada (ha) | Nº de famílias |
| 17 | 56.575,73 | 1.625 |
| Cabeceiras | | |
| 1 | 1.270,11 | 41 |

Fonte: INCRA, 2020.

Elaboração: COSTA, Letícia Gomes.

Dado o exposto, é importante frisar que a luta pela agroecologia é a luta pela terra, pelos bens naturais. A agroecologia é divergente do agronegócio, a exclusão e a violência contra os povos do campo é ao mesmo tempo violência contra a natureza. Por isso, é necessário o direito à terra para indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros. Portanto, através da garantia do território poderá haver a valorização e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, contribuindo para a transição agroecológica que está avançando no Cerrado goiano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos fatos apresentados é necessário frisar que a modernização do campo provocou diversos problemas. A migração campo-cidade, a exclusão e a violência contra os povos do campo. Ao lutar por seu território, por sua terra, os indivíduos do campo ficaram à mercê de apoio, principalmente quando se trata de apoio governamental, dado que há um pacto de poder entre as agroindústrias exportadoras de *commodities* e o Estado, onde o Estado oferece apoio para essas.

O agronegócio contribui para a degradação dos solos e a perda da biodiversidade. Também possibilita o esgotamento dos recursos naturais, gerando assim uma crise ambiental. Logo, a produção de alimentos diminuirá drasticamente. Apesar do agronegócio ganhar destaque na sociedade, ele não beneficia a todos os sujeitos. Por outro lado, a agricultura familiar contribui com

a sociedade e com a natureza ao mesmo instante. Estima-se que 70% da produção mundial de alimentos são de responsabilidade dos agricultores, dentre eles os agroecológicos, sujeitos que se preocupam com o uso sustentável da terra e com a valorização da cultura camponesa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro, por meio da bolsa PIBIC/CNPQ, que oportunizou a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. – 2^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIRALDO, O. F; ROSSET, P. **La agroecologia en una encrucijada: entre la institucionalidade y los movimientos sociales**. Guaju, Matinhos, v.2, n.1, p. 14-37, jan./jun. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

SOUZA, M. J. L. **Território e (des)territorialização**. In: Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

SOUZA, M. M. O. **Agroecologia: diversidade, movimento e resistência**. Anápolis: Editora UEG, 2019. 248 p.

[1] Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Nordeste - sede Formosa. E-mail: leticiagcosta99@gmail.com

[2] Professor Doutor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Nordeste – sede Formosa e Campus Cora Coralina), mestrado acadêmico de geografia. E-mail: silvaedson344@gmail.com



www.cepe.ueg.br

realização



Universidade
Estadual de Goiás

